

**POLÍTICAS CULTURAIS DE SALVADOR
NAS GESTÕES IMBASSAHY (1997-2000 E 2001-2004)
- VERSÃO PRELIMINAR**

Giuliana d'El Rei de Sá Kauark

giulianakauark@yahoo.com.br

RESUMO: O trabalho *A Política Cultural nas duas gestões Imbassahy (1997-2004)*, decorrente da pesquisa *Baianidade: cultura, mídia e política*, pretende descrever as ações governamentais para a política cultural de Salvador naquele período. Assim, o projeto busca compreender o funcionamento estatal e sua concepção de cultura e de política cultural, a partir do exame da Fundação Gregório de Mattos - órgão municipal responsável pela sua formulação e execução - e da Emtursa (Empresa de Turismo S/A). Para tanto, os seguintes aspectos foram analisados: o alinhamento com as políticas estaduais e nacionais; a estrutura organizacional; os equipamentos; os projetos mais emblemáticos; o orçamento e; a relação com os agentes culturais e com a população. A coerência desse estudo se dá primeiro pela tentativa de abordar o debate mundial da cultura como fundamento estratégico no desenvolvimento local na contemporaneidade (econômico, sociocultural e humano) e também por inserir a temática da cidade e sua história política - aqui enfocada a atuação do grupo carlista, marcada pela centralidade administrativa e pela orientação da cultura arraigada ao turismo. Para atender a essas discussões, foi importante a leitura da bibliografia, documentos oficiais (diário oficial, relatórios e legislações), materiais de imprensa, visita aos *sites* do governo e realização de entrevistas. Finalmente, foi elaborado um artigo abordando as continuidades, rupturas e inovações da política cultural nas gestões do pefelista Imbassahy.

Palavras-chave: Política Cultural; Gestão Municipal; Salvador.



A relação entre políticas públicas de cultura e desenvolvimento local é tema de recente debate. Os valores gerados na cultura, neste sentido, aparecem como formas de inclusão do cidadão na vida do município por meio da educação, trabalho e lazer, reforçando as diferenças e identidade da localidade, e surgindo também como possibilidade de articular as políticas públicas aos direitos de cidadania cultural, de liberdade de criação e de participação da sociedade nas decisões culturais.

A política cultural exercida na esfera municipal, ente federado mais próximo da população, tem como objetivo, portanto, a promoção da qualidade de vida dos cidadãos. O que este texto vem apresentar é justamente uma análise sobre a política municipal de cultura realizada no governo do prefeito Antonio Imbassahy (entre 1997 – 2000 e 2001 – 2004) na cidade de Salvador, Bahia. Apresentando os projetos executados, as entrevistas feitas e a formulação da política cultural, questionaremos o trabalho realizado durante os oito anos de gestão. Desse modo, buscaremos localizar a cultura como fator estratégico no planejamento para o desenvolvimento da cidade.

Panorama político

A compreensão do quadro político da cidade do Salvador durante as gestões de Imbassahy passa pela análise da trajetória de Antônio Carlos Magalhães (ACM) e seu grupo político. Já no início da década de 1980, ACM participou da fundação do Partido da Frente Liberal (PFL) e passou a defender a re-democratização do Brasil. Apesar disso, sua imagem pública associada à ditadura, ocasionou a perda das eleições em 1986, tanto do governo do estado da Bahia, para Waldir Piris¹, quanto da capital. Antonio Imbassahy foi, portanto, o primeiro prefeito de Salvador, desde 1986, vinculado diretamente, do início ao fim de seus dois mandatos, ao grupo carlista.

Imbassahy, eleito em 1996 no primeiro turno e re-eleito em 2000, traz ao município de Salvador o estilo de administração e intervenção política que o PFL desenvolvia desde

¹ Governador mais votado da história da Bahia, com 2.670.000 votos.



1990 no governo do estado, ano em que ACM retorna como governador. Uma administração que privilegia o desenvolvimento sustentado na execução de grandes obras em detrimento das questões sociais, e também culturais, como percebemos na matéria do jornal *A Tarde*:

O estilo de administração implantado em Salvador ao longo desses anos foi um dos fatores determinantes para a cidade chegar aos 456 anos enfrentando a realidade de ter se tornado uma das capitais brasileiras com os menores indicadores sociais e acentuadas distorções entre as áreas mais ricas e mais pobres. O foco desenvolvimentista sempre esteve voltado para o crescimento econômico e a expansão urbana da cidade, priorizando os investimentos de grande visibilidade e melhor resultado eleitoral. (A Tarde - 29 de março de 2005)

Essa crítica vai incidir em diversos aspectos no campo da cultura, como por exemplo, uma preocupação em “requalificar” a cidade, sobretudo os pontos de atração turística, sendo este talvez o fator mais emblemático dessa gestão. Outras intervenções culturais ficam em desvantagem, como o estímulo à criação artística, ao desenvolvimento de projetos sócio-culturais, ou à participação da sociedade civil nas discussões e decisões da gestão. A desvalorização do serviço público, e uma terceirização dos servidores – que na FGM atingiu todo o quadro de funcionários – é um outro indício de um aparente descaso da Prefeitura com a qualificação dos funcionários e também com o desenvolvimento do setor da cultura. Talvez a principal consequência do governo de Imbassahy tenha sido o enfraquecimento da Fundação Gregório de Mattos, e do desconhecimento, pela população, das atividades que a FGM realiza.

Imbassahy iniciou tanto o primeiro quanto o segundo mandato em conjuntura extremamente favorável, com maioria na Câmara de Vereadores e ostensivo apoio do governo estadual e federal. A base aliada na Câmara, formada pelo PFL, PTB, PL, PTC, PP, PRP e PTdoB contou, nos oito anos de governo, com apoio em alguns momentos do PSB, PMDB, PSDB e mesmo do PDT. Em discurso proferido na abertura dos trabalhos do legislativo, em março 1999, Imbassahy ressaltou, "com grande satisfação, o relacionamento



respeitoso e altamente produtivo entre o Executivo municipal e esta Casa Legislativa, que se vem estreitando ao longo do meu mandato". Sublinhou também o decisivo apoio do governo estadual e do então presidente do Congresso Nacional, Antônio Carlos Magalhães.

Durante suas duas gestões Imbassahy não enfrentou, até 2003, oposição à sua gestão nem no estado nem no governo federal, embora nacionalmente ACM tenha perdido prestígio ao final de segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso - renunciando ao cargo de senador devido às acusações de violação do painel eletrônico de votações em 2001.

Fazendo uma reflexão sobre o governo que de Lídice da Mata, que o antecedeu, o então prefeito Antonio Imbassahy tece severas críticas. Além de expressar que “a cidade não tinha governo em 1996”, afirma também que “a incompetência, a falta de compromisso, a irresponsabilidade e improbidade administrativa imperavam em passado recente no município” (D.O.M. 02 de fevereiro de 1999). Essas acusações estão presentes nos discursos pronunciados à Câmara de Vereadores, no princípio e fim da sua primeira gestão. Nesses dois momentos é ressaltada a dívida no orçamento municipal, que girava em torno de 1 bilhão e 400 milhões de reais. Em suas palavras “1997 foi o ano de enfrentamento desse cenário de guerra interna onde a vítima era a cidade”, era preciso requalificar a cidade e resgatar a autoconfiança do povo soteropolitano. Em suas declarações não há, todavia, um destaque para a cultura ou política cultural desenvolvida por Lídice. (D.O.M. 02 de março de 2000)

Políticas culturais nacional e estadual

Um passo importante para compreender as políticas culturais na gestão Imbassahy é situá-la em relação ao entendimento de cultura nas esferas estadual e federal. O período nos remete ao governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) cuja principal característica, no âmbito cultural, foi ratificar o modelo de funcionamento da cultura do país, consolidando o que alguns estudiosos chamam de “Era do Marketing”. Pode-se dizer



que veio deste aspecto a concentração da aplicação dos recursos públicos na Região Sudeste, prejudicando a articulação do governo federal com outros estados e municípios.

Tendo em vista o contexto neoliberal de globalização cultural e de privatização da economia, reforçado no Brasil nos anos 1990, foi impulsionada uma política de parceria entre Estado e iniciativa privada. Formalmente instituída pelas leis de incentivo a partir da isenção fiscal - em especial a Lei Rouanet, alterada nesta gestão pelo ministro de cultura Francisco Weffort -, que propõe uma intervenção mínima do Estado no campo da cultura, afastando o então criticado “dirigismo cultural”.

O Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC (lei 8.313/91), conhecido como Lei Rouanet, prevê três modos de financiamento: o Fundo Nacional de Cultura - FNC, os Fundos de Investimento Cultural e Artístico - FICART e o Mecenato. Desse modo, a lei pretende englobar uma diversidade de produções culturais. O FNC opera como apoio a fundo perdido a órgãos culturais públicos e pessoas jurídicas sem fins lucrativos ou de empréstimos reembolsáveis no valor de até 80% do projeto, este Fundo existe, sobretudo, para compensar as disparidades regionais nos incentivos culturais². O FICART é um mecanismo de investimento direto em produções culturais de reconhecido valor de mercado através da compra de ações e títulos cujo rendimento e ganho de capital ficam isentos de impostos de renda. O Mecenato é a legislação de incentivos fiscais descontados do Imposto de Renda - IR - as leis Rouanet e do Audiovisual.

Na gestão Weffort a meta do Ministério da Cultura era aumentar o fluxo de recursos para a área cultural, estimulando sua produção, para então dotá-la de significado econômico

² Os recursos advêm de: 1% das loterias da Caixa Econômica e de fundos de desenvolvimento regional (1% do Fundo da SUDAN – Superintendência para o desenvolvimento da Amazônia –, 1% do Fundo da SUDENE – Superintendência para o desenvolvimento do Nordeste – e 1% do FUNRES, Fundo do Estado do Espírito Santo).



(Ventura, 1999)³. Num contexto de insignificativa participação da cultura nos recursos da União (a média do orçamento entre 1999 e 2002, foi apenas 0,25%), sua gestão priorizou a modalidade do mecenato, como informava o *slogan* “Cultura é um bom negócio”. Nesse sentido, aumentou os percentuais de desconto no imposto de renda de 2% para 5% na Lei Rouanet, e de 1% para 3% na Lei do Audiovisual, foram feitas alterações nos termos das leis para desburocratizá-las, além da realização de Fóruns Empresariais para divulgá-las. O próprio Weffort (2000) declara que a cultura não recebeu o reconhecimento como política de Estado, como aconteceu com a educação que, segundo o ministro, representou um dos objetivos fundamentais do governo FHC⁴.

Com essa medida, o projeto estimulou o uso dos recursos fiscais com objetivo de incentivar as organizações a adotarem o marketing cultural como estratégia de mercado. Desta maneira, o Estado passou a atuar como “facilitador” de ações culturais, transferindo a definição de critérios e a administração da produção cultural para os departamentos de marketing das empresas patrocinadoras. Nesses termos, a política do Minc “resumiu-se à quantificação dos projetos apresentados, aprovados e realizados(...). Não existe um controle ou unificação do acesso do público e do impacto na comunidade. Ou seja, os efeitos da política cultural escolhida não são de real conhecimento do Governo” (Olivieri apud Dória, 2003: 67).

As leis federais de incentivo à cultura serviram de estímulo, ao longo desses anos, para a criação de leis estaduais e municipais. Segundo Carlos Alberto Dória, uma consequência disto pode ser uma forte municipalização dos gastos e uma diminuição da importância do governo federal no conjunto dos financiamentos para a cultura: “A União investe apenas 18% do total de recursos públicos destinados à cultura, contra 50% que estão a cargo dos

³ Vale ressaltar que este período é marcado por uma estabilidade monetária devido à implantação do Plano Real, em julho de 1994.

⁴ O mecanismo do FNC, apesar de ter obtido maiores ganhos das fontes de loteria federal, sofreu grandes cortes no período, recebendo o equivalente a 1/14 do montante angariado pelo mecenato (Dória, 2003), e teve como principais beneficiários os órgãos vinculados ao Minc (quase todos no eixo Rio-São Paulo). O FICART, regulamentado na lei 10.179/01, ainda hoje não foi ativado.



municípios e 32% a cargo dos estados” (Dória, 2003: 129).

Na Bahia afirma-se que a cultura, a partir de 1990, ano de retorno de ACM ao poder político governamental, torna-se prioridade no planejamento estratégico da política de desenvolvimento do estado (BAHIA, 2003). Seu principal suporte foi a união do desenvolvimento cultural e turístico. Durante as duas gestões de Imbassahy o estado foi governado por dois candidatos carlistas. Paulo Souto foi governador entre 1995 e 1998, passando neste último ano seu cargo ao vice César Borges, que vence a eleição seguinte, iniciando sua gestão. No ano de 2003 Paulo Souto retorna ao governo do estado.

Em 1995, o governo do estado uniu em uma estrutura institucional os segmentos da cultura e do turismo, através da criação da Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia - SCT, que desde então tem como secretário Paulo Gaudenzi. A política cultural formulada por este órgão busca reforçar a identidade cultural da Bahia a partir da valorização (ou até mesmo re-criação) dos elementos da baianidade. Segundo Rubim (2003: 17), “a política de turismo do estado, desde os anos 70, tem como ideólogo maior Paulo Gaudenzi e se propõe louvar a Bahia a partir de suas belezas naturais e de suas tradições culturais, com destaque para aquela de verniz afro-descendente”.

Na estrutura desta Secretaria existe uma divisão entre Superintendência da cultura e do turismo. Na área cultural se destaca o programa FazCultura, criado pela lei 7.015/96. O programa tem como objetivo promover o incentivo à cultura através do abatimento de até 5% do ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - de empresas situadas na Bahia, a recolher sobre o limite de 80% do projeto a ser patrocinado. A partir do ano de 1997, o governo do estado investiu cerca de R\$ 10 milhões⁵ através da

⁵ Dado disponível em SCT <<http://www.sct.ba.gov.br>> e Fazcultura <<http://www.fazcultura.ba.gov.br>>. Acessado em agosto de 2004.



renúncia fiscal - entre 1997 e 2002 os investimentos totalizaram R\$ 56.301.805,00⁶. Neste mesmo período (1997 a 2002), soma-se um total de 4247 projetos inscritos, dentre os quais 2033 foram aprovados, e 768 projetos patrocinados⁷.

Numa entrevista divulgada no jornal *online* do *Correio da Bahia* (Cavalcante, 1997), Cláudio Taboada - ex-secretário executivo do FazCultura e presidente da Bahiatura - destaca alguns percentuais sobre a importância da cultura na Bahia, os quais constata que “o segmento é responsável por 4,6% da economia estadual; 7,2% do orçamento familiar e emprega 7,9% da população economicamente ativa (PEA)”. Referindo-se ao programa diz que “as empresas têm em mãos um meio eficaz de comunicação”.

O programa é definido como “um eficaz mecanismo de democratização da atividade cultural” (BAHIA, 2003: 15), no entanto cabe re-lembrar que, sendo uma relação entre estado, meio cultural e mercado, o FazCultura incorre em alguns aspectos: os critérios de aprovação, em sua maioria, não consideram uma política social e cultural do governo; os pequenos projetos culturais geralmente não são subsidiados; as empresas patrocinadoras tendem a privilegiar aqueles projetos e artistas que possuem visibilidade pública, beneficiando os eventos capazes de gerar mais lucros (e, conseqüentemente, mais impostos), podendo criar uma forma de clientelismo, ao atender preferencialmente os mesmos grupos.

A política de fomento e desenvolvimento do turismo, por sua vez, é executada principalmente pela Bahiatura- Empresa de Turismo da Bahia, que (assim como veremos com a Emtursa) afirma ter responsabilidade na "valorização e fortalecimento da cultura da Bahia" (BAHIA, 2003: 7). A empresa age, sobretudo implantando ações relativas à infraestrutura nas zonas turísticas - a partir de 1991 seus investimentos (inclusive com recursos

⁶ Música - 25%; arquivo, biblioteca, museu, bens moveis e imóveis - 23%; artes cênicas - 17%; tradição popular - 15%; cinema e vídeo - 10%; literatura - 6%; artes gráficas, plásticas, fotografia - 5%.

⁷ Tradições populares - 274; Música - 177; Artes Cênicas - 120; Literatura - 81; Arquivo, Biblioteca, Museu, Bens móveis e imóveis - 43; Artes Gráficas, Plásticas, Fotografia - 42; Cinema e Vídeo - 31.



do BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento) atingem o montante de US\$ 2,21 bilhões⁸. Esta é talvez a prioridade mais evidente nas gestões carlistas, como aparece no relatório da SCT do ano 2000,

a atividade turística consolida-se cada vez mais como um dos grandes vetores da expansão econômica do estado da Bahia em virtude das ações voltadas para o marketing turístico e para a qualificação dos serviços através da capacitação de mão-de-obra, focos da ação governamental. As estratégias que vêm sendo colocadas em prática ao longo dos anos têm apresentando resultados positivos e permitem que a grande meta seja impulsionar cada vez mais o turismo, com o objetivo de colocar a Bahia como o principal destino turístico brasileiro na próxima década.

Em 2001 a Bahia liderou o ranking de mídia turística dos estados do Nordeste (com 26% dos anúncios - uma média de quatro mil anúncios) e de mídia turística nacional - por número de produtos, com 14 produtos (Fonte Bahiatursa). Neste mesmo ano o estado concentrou a segunda maior receita no turismo nacional, com R\$ 4,48 bilhões, ficando atrás apenas de São Paulo, com R\$ 7,81 bilhões (Fonte Embratur).

Essa opção do governo do estado é criticada, como fica explicitado no depoimento do produtor baiano Márcio Meireles⁹, "desde a nova ascensão de ACM ao poder o estado tem delineado uma linha de política que une cultura e turismo (...), só que nesta união a cultura sai perdendo, apesar de ganhar em recurso, em incentivo, sai perdendo porque o turismo é um elemento predador da cultura, vai transformando-a, vai manipulando as manifestações culturais e a produção cultural para atender ao turista".

No domínio da Prefeitura e da Fundação Gregório de Mattos

A concepção de desenvolvimento cultural adotada na descrição da política cultural de Salvador de 2002 busca "abranger os enfoques econômico e social de oportunidades e diversidade cultural e orientar ações voltadas à preservação, inovação/renovação e

⁸ Site da SCT – dados de 2001.

⁹ Entrevista cedida ao grupo de pesquisa.



sustentabilidade da cultura” (PPDU, 2002). Desse modo percebemos que esta concepção pretende lidar com alguns campos de possibilidades estratégicas, que em Salvador são claramente demarcados em articulações com: educação; o planejamento do turismo; o fomento à produção cultural; a dinamização e a distribuição cultural. Essas diretrizes para a cultura, realizadas pelos órgãos Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC, Empresa de Turismo de Salvador - Emtursa e Fundação Gregório de Mattos - FGM, nos auxiliam a questionar se a política cultural exercida em Salvador é articulada e satisfatória para a população.

A formulação e execução da política cultural do município do Salvador são competências da Fundação Gregório de Mattos. Autarquia vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura possui, entretanto, autonomia administrativa e financeira (patrimônio e receita próprios). É também de responsabilidade da Fundação a realização de algumas atividades culturais na cidade, que serão descritas a seguir, e a administração dos equipamentos culturais do município (de posse da Prefeitura), a saber: Teatro Gregório de Mattos; Espaço Cultural da Barroquinha; Casa do Benin; Museu da Cidade; Arquivo Municipal; Biblioteca Professora Denise Tavares e Biblioteca Reitor Edgar Santos.

Nas duas gestões de Antonio Imbassahy, o professor e arquiteto Francisco Soares Senna foi o presidente da casa. Quando assumiu a presidência, Francisco Senna afirmou que a Fundação “necessita reavaliar as suas atribuições, as suas instalações e o seu papel no espaço cultural da cidade”, indicando que esta deve ser “fundamental no resgate da memória da cidade, de sua identidade cultural, de sua história e ser também propulsora do seu desenvolvimento cultural”.(Revista Cenário, 1997). Das diretrizes específicas da FGM, reproduziremos o relatório do ano de 1999:

- 1 Promover uma política de preservação e valorização do patrimônio cultural, com ênfase na restauração de monumentos e sítios históricos, na revitalização das manifestações tradicionais e no registro da memória da cidade.



- 2 Valorizar a produção local, promovendo mecanismos de financiamento e difusão, favorecendo sua criação, circulação e consumo.
- 3 Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela FGM, reestruturando e reequipando suas unidades, de forma a responder, qualitativamente, às demandas atuais da vida sociocultural de Salvador.
- 4 Estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de programas e projetos, assegurando maiores recursos e agilidade no desempenho.

A estrutura básica da Fundação é composta pelo Conselho Curador¹⁰ e pela Presidência. À última estão vinculados o Gabinete do Presidente e uma organização departamentalizada em gerências (subdivididas em sub-gerências e setores), que são: Gerência Administrativo-Financeira; Gerência de Promoção Cultural; Gerência de Sítios Históricos e Gerência de Arquivos e Bibliotecas. Como afirma Graça Piva, Gerente Administrativa, compõem esta estrutura cerca de 70 funcionários que prestam serviço terceirizado à FGM - esta opção de contratação aconteceu na primeira gestão de Imbassahy após a demissão (e recontração de uma parte) do quadro de pessoal da Fundação. A maioria não possui nível superior e recebe pouco incentivo para qualificação, o que rarefica as discussões e contribuições acerca das atividades e projetos da Fundação, segundo a Gerente de Promoção Cultural Célia dos Humildes¹¹.

Os recursos financeiros para realização das atividades da Fundação são previstos em cada PAB - Plano de Aplicação Bimestral, no qual é definido um valor de acordo com a disponibilidade do caixa da Prefeitura, que irá compor a "Função Cultura" do orçamento do município. Como explica a secretária de educação Dirlene Mendonça¹², a FGM não tem "recurso vinculado", que determina a porcentagem que deve ser investida pela Prefeitura,

¹⁰ Composto pelo Prefeito Municipal; o presidente da FGM; o secretário da SMEC; o diretor presidente da EMTURSA, um vereador representante da Comissão de Cultura da Câmara Municipal; dois membros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, ligados à atividade histórico-cultural e artística.

¹¹ Entrevistas cedidas de Graça Piva e Célia dos Humildes.

¹² Entrevista cedida dia 22 de outubro de 2004



como acontece com a educação (que, segundo a constituição, é de 25%). Então a Fundação deve apresentar uma proposta orçamentária. Em 2004, por exemplo, os recursos para a Função Cultura foram de R\$ 4.258.000,00, sendo R\$ 1.853.000,00 para ampliação e novos projetos, e R\$ 2.405.000,00 para manutenção das atividades - neste valor está incluso o orçamento da FGM que foi de R\$ 1.665.000,00¹³. Em maio de 2004, porém, houve um corte de 70% deste orçamento, ocasionando a paralização de todas as atividades da FGM, como informou o presidente Francisco Senna¹⁴.

Devido possivelmente, à aproximação partidária com o governo do estado, Imbassahy¹⁵ afirmou que "neste sentido talvez tivéssemos tido um pouco de sabedoria, na medida em que, utilizamos muito os recursos do estado através do FazCultura para desafogar o que seria recurso próprio do Tesouro do município, que é escasso, e dirigimos esse recurso para outro tipo de atividade, mas também voltado para a cultura da cidade".

Intervenção cultural na cidade pela FGM

É coerente pensarmos que a importância dada à cultura pelo governo municipal poderá ser compreendida a partir dos projetos e ações implementados pela FGM. No entanto, ressaltamos que, tanto em entrevista, como também nos discursos proferidos na Câmara de Vereadores quando o então prefeito fala sobre cultura, esta Fundação é a menos citada. Este aparente "desinteresse" pode surtir efeito no planejamento e na política desenvolvida pelo órgão.

Durante a primeira gestão de Antonio Imbassahy, o presidente da Fundação preocupou-se, prioritariamente, em "arrumar a casa". Francisco Senna comentou em entrevista à revista *Cenário* (1997) que a administração anterior havia contraído uma dívida de R\$ 473 mil, que os projetos estavam paralisados e que a estrutura interna precisava de atualizações

¹³ Documento "Posição das Dotações Orçamentárias", Secretaria Municipal da Fazenda - Coordenadoria Central de Orçamento, data: 09 de fevereiro de 2004.

¹⁴ (Entrevista cedida dia 23 de outubro de 2004).

¹⁵ Entrevista cedida dia 22 de outubro de 2004



(como por exemplo, adquirir computadores)¹⁶. Os primeiros relatórios da Fundação são marcados pela descrição da precariedade da conservação dos equipamentos culturais e a necessidade de fechá-los para promover reformas. Infere-se a partir dos seguintes relatórios que houve uma preocupação menor em promover atividades que dinamizassem esses equipamentos. Durante a primeira gestão, portanto, a principal atividade da Fundação foi a recuperação dos equipamentos - apesar da aquisição de novos materiais para os museus, bibliotecas e arquivo terem acontecido na segunda gestão. Em relação aos projetos desenvolvidos pela FGM, entre 1997 e 2000, apenas dois são executados, o Cinema na Praça e o Selo Editorial. O período entre 2001 e 2004 teve uma maior participação da Fundação em projetos socioculturais e na proposta de criação de novas atividades e equipamentos.

Foram realizadas obras para recuperação das instalações do Teatro Gregório de Mattos - TGM, com recursos provenientes do Ministério da Cultura e da Prefeitura, sendo reaberto no ano de 1999. O teatro, instalado na Praça Castro Alves, foi renovado conforme um antigo projeto da arquiteta Lina Bo Bardi, que o dividiu em dois pisos: o superior, para o teatro, e o inferior com o Salão de Exposições de Arte Contemporânea - este foi reinaugurado em 2002 com o nome Galeria da Cidade.

O TGM é utilizado principalmente para eventos associados à Fundação ou à Prefeitura. Durante o período de 1999 a 2000, como é explicitado nos relatórios da FGM, seu espaço foi sub-utilizado: aconteceram apenas duas peças teatrais e a estréia do Baile do Gregório, realizado mensalmente e que tem continuidade nos anos seguintes. A partir do ano 2001 o número de espetáculos aumenta (entretanto numa média ainda baixa, com menos de 10 montagens por ano) e cresce também a quantidade de shows e recitais de música. São realizadas algumas apresentações do projeto Boca de Brasa, premiações, mostras, conferências e cursos destinados aos servidores públicos, aos grupos de terceira idade e às

¹⁶ Críticas similares foram feitas em 2005 quando o professor Paulo Lima assumiu a presidência da FGM, após oito anos de gestão de Francisco Senna.



ONGs¹⁷. A respeito da utilização desse espaço a então Gerente de Promoção Cultural declara em entrevista ao Diário Oficial do Município que é "necessário um melhor aproveitamento e divulgação do espaço do Teatro Gregório de Mattos" (D.O.M. 03 de junho de 2002). As pautas para utilização do teatro e da sala de exposições precisam ser acordadas com a Gerente de Promoção Cultural e com o Presidente da Fundação, um centralismo e burocracia administrativos que dificulta a dinamização do Teatro.

O Museu da Cidade foi reaberto em janeiro de 1998 após recuperação física, a cargo do IPAC-BA, e do acervo, a cargo da FGM, que montou ateliês de restauro. O museu, que realiza exposições, palestras e orienta as visitas, principalmente de alunos das redes municipal e estadual de ensino, teve uma média de 17 mil visitantes por ano durante as duas gestões de Imbassahy. Apenas no ano 2000 foram registradas novas aquisições, seja por compra ou por doações, de pinturas e esculturas de artistas baianos contemporâneos. São realizadas poucas exposições (em torno de seis por ano, indicadas nos relatórios da FGM) e algumas delas se repetem, como exemplo: "Dois de Julho" (realizada todos os anos); "Salvador 450 anos - eternamente linda" (exposta em 1999 e 2000) e "Festas Tradicionais" (em 2001 e 2002)¹⁸.

A Casa do Benin, o Restaurante e a Casa do Representante, ocupando três imóveis do Centro Histórico, constituem uma das unidades vinculadas a FGM. Seu espaço é reservado, preferencialmente, para exposições afro-brasileiras. O compromisso desta casa, quando criada em 1988, era funcionar como verdadeiro aparelho de trocas culturais, entre as cidades Salvador e Cotonu (República Popular do Benin), finalidade que se perdeu, ao

¹⁷ Premiação de Concurso Literário (promovido pela SEAD/FGM); Premio Mulher 2001; Curso de Dança de Salão; Curso de Canto Popular; eleição miss Bahia 3ª idade; show de dança da 3ª idade do Ilê Aiyê; Festival de teatro do grupo GAPA; filme educativo do IAC; peças produzidas pela SMEC, dentro do projeto A Escola Entra em Cena etc

¹⁸ Algumas exposições anuais do Museu da Cidade decorrem das premiações criadas pela FGM para estimular a decoração da cidade em datas comemorativas. São formadas comissões julgadoras pela FGM e Emtursa para premiar fachadas natalinas (que ganham R\$ 400,00), fachadas do cortejo Dois de Julho (ganha pintura e diploma) e as carroças e bicicletas mais criativas da Lavagem do Bonfim (novamente R\$ 400,00). Depois são organizadas mostras com fotos das fachadas, carroças e bicicletas.



longo dos anos. Desde 2001, a Prefeitura pretende transformá-la no Espaço Cultural Lina Bo Bardi. O espaço possui um número pequeno de exposições que atraem uma média de nove mil visitantes por ano. Soma-se à sua atividade algumas oficinas de artesanato e contos, oferecidas a crianças e adolescentes moradores do Centro Histórico. Na segunda gestão foi retomado um convênio entre a FGM e a Embaixada de Angola na Bahia, que resultou, assim como aconteceu com a Casa do Benin, na criação da Casa de Angola na Bahia.

O Espaço Cultural da Barroquinha é formado pela Igreja da Barroquinha, o Terreiro da Fama (área externa do TGM) e do Cine Glauber Rocha (posse do Governo do Estado). Apenas no relatório de 2002, aparece a intenção de transformar a Igreja Nossa Senhora da Barroquinha num equipamento cultural, que seria denominado Coliseu das Artes - muito embora o projeto de utilizar a Igreja, semidestruída por um incêndio em 1984, para promoção de atividades culturais, date de 1999. O projeto de 1999, que também seguia uma antiga proposta da arquiteta Lina Bo Bardi, destinava o espaço a atividades cênicas e exposições, construindo o teatro independente da estrutura original, permitindo o uso de cenotecnia, comum no Teatro Experimental - que diversifica o uso dos espaços internos à imaginação e criatividade dos que os utilizam. Nos corredores laterais, de um lado estaria o foyer do teatro, do outro um espaço para exposições. Mas o modelo apresentado pela Fundação em 2002 indica apenas a adaptação do espaço para a realização de eventos musicais eruditos. Segundo mesmo relatório, a Petrobrás demonstrou interesse em financiar a restauração da Igreja, com parceria do Ministério da Cultura - investimento este que já começou.

O Arquivo Histórico Municipal é um importante espaço que possui documentos da história da Bahia e do Brasil, inaugurado em 1932 no prédio do Paço Municipal, foi depois transportado para as dependências da FGM. O Arquivo abriga setores de *Arquivos Audiovisuais* - inventário principalmente de fotografias das coleções de jornais locais e nacionais; *Arquivos Permanentes* - manuscritos do Brasil Colonial; *Arquivos Correntes e*



Intermediários - inventários das secretarias, autarquias e fundações; e *Arquivos Impressos e Biblioteca* - local da biblioteca de apoio, responsável pelos instrumentos e atendimento para as pesquisas (em 2002 registrou 1.617 usuários). No ano de 2002, um lote de 25 filmes das décadas de 30 e 40 que retratam Salvador, foi recuperado pela Cinemateca de São Paulo, “numa iniciativa do presidente da FGM” (D.O.M. (s/d) junho de 2002). Um local de registro do desenvolvimento social e político da cidade, que, entretanto não possui uma sistemática de reformas e manutenção do acervo.

As bibliotecas municipais Edgar Santos (localizada em Itapagipe) e Denise Tavares (na Liberdade) são direcionadas a estudantes do 1º e 2º graus, numa faixa etária de 11 a 20 anos. Possuem uma média anual de visitação de 22 mil pessoas, para a primeira e 17 mil, para a segunda. Apenas em 2002 foram notificadas novas aquisições para seus acervos, de 3.761 peças bibliográficas na biblioteca Edgar Santos, e na Denise Tavares 2.503 - que incluem livros, periódicos, textos, *clippings*, CDs e fitas de vídeo. Na discriminação do orçamento da FGM estão presentes os projetos Ônibus-Biblioteca e Viva Leitura Viva, entretanto estes são ausentes nos relatórios da Fundação. O orçamento indica também que as verbas destinadas às bibliotecas são para manutenção, não havendo (na maioria dos anos) investimento público para programas e acervos dessas.

Com pouca articulação com os equipamentos culturais, a FGM desenvolve uma série de projetos que atendem, de certa forma, às diretrizes por ela firmadas. Alguns projetos como o Boca de Brasa, o Cinema na Praça, afora as premiações da Fundação, são anteriores à gestão Imbassahy. Outros surgiram na administração de Francisco Senna, como o Edital EnCena Salvador, o Selo Editorial da FGM e o Operação Verão.

O Boca de Brasa foi uma das primeiras atuações da política cultural do município, datando de 1986. Atestava uma novidade tecnológica que levava animadores e agitadores culturais para alguns bairros periféricos, disponibilizando um palco para os grupos desses bairros se apresentarem. Depois o projeto passa a atender também demandas de hospitais públicos,



sanatórios, ONGs etc. O projeto anteriormente contava com cinco carretas, que segundo relatório da Fundação estavam semi-destruídas quando Imbassahy assumiu o cargo, o que desativava o projeto. Dessas, entretanto, apenas duas foram recuperadas e reequipadas, através de um convênio com o Governo do Estado, via Bahiaturisa, e uma passou a servir ao Gabinete do Prefeito (D.O.M. (s/d) junho de 2002).

O projeto volta a ser realizado em 2003, entretanto com atividades diversas daquelas que aconteciam anteriormente. No início os moradores solicitavam à FGM que o projeto fosse aos bairros, depois as demandas começaram a ser de deputados, desvirtuando a intenção do Boca. Durante a gestão de Imbassahy o Boca de Brasa passa a oferecer oficinas de teatro, música e dança para jovens entre 14 e 20 anos que, ao fim de cinco meses, apresentaram seu espetáculo no Teatro Gregório de Mattos, proporcionando uma experiência de contato entre os animadores e formadores culturais e a população. Neste ano, Alto do Cabrito e Mussurunga II foram as comunidades envolvidas. O projeto, portanto, perdeu seu caráter de fomentar a apresentação de grupos amadores¹⁹.

O Cinema na Praça, realizado nas quintas-feiras no Terreiro da Fama, foi relançado em 1998, com maquinário novo, adquirido com verba do Ministério da Cultura. O projeto também descrevia a intenção de retomar seu caráter itinerante, exibindo filmes em praças públicas de subúrbios, escolas da rede municipal e asilos. Além da exibição dos filmes, acontece também a divulgação de campanhas de educação sanitária, de prevenção à AIDS e preservação ambiental, uma das inovações do projeto, segundo presidente da FGM. Entre 1998 e 2000, aconteceu a “Quarta do Clip”, apresentada no Terreiro da Fama. Foram realizadas em média 40 sessões públicas por ano que constituíram, segundo jornal *A Tarde* de 27 de agosto de 1998, uma incoerência na programação - “falta uma escolha mais bem cuidada, observando a qualidade do que é selecionado, para levar ao público filmes que

¹⁹ No I Encontro de Projetos Culturais em Comunidade, promovido pela gestão de Paulo Lima, em 2005, alguns representantes dos bairros periféricos reclamaram da falta de diálogo da Fundação com essas comunidades e de conhecer o que está sendo produzido pelos moradores, em oposição à exacerbação de projetos que unem cultura e assistencialismo social.



realmente acrescentem algo mais do que diversão gratuita (...), há de se pensar - neste caso de típico exemplo de cinema comunitário - numa programação que valorize o bom cinema brasileiro”. Neste ano de 1998 a programação previa filmes como *Ninguém segura esse bebê*, *Luzia Homem*, *O homem aranha*, *Missão Impossível*, entre outros.

O Selo Editorial da Fundação foi criado em 1998, junto com a Coleção Documentos de Salvador, uma parceria entre FGM e Conselho Estadual de Cultura. Até o ano de 2002 foram lançados quatro cadernos dessa coleção, além de livros de contos e poesias, ligados à Academia de Letras da Bahia, e também alguns documentos editados em forma de cartilhas – como por exemplo uma edição popular da Carta de Pero Vaz de Caminha – que são doados às duas bibliotecas municipais, às escolas da rede municipal de ensino e ao arquivo público.

Idealizado pelo compositor paulista Ronaldo Partha e produzido pela Da Rin Produções, o evento Música no Porto consagra o projeto Operação Verão, criado em 2001. Organizado nas sextas-feiras do verão, tem como objetivos “apresentar e difundir artistas e grupos baianos e suas propostas musicais, e contribuir para a revitalização e preservação do Porto da Barra” (D.O.M. 17 de janeiro de 2002).

O projeto EnCena Salvador²⁰, que teve seu primeiro edital no ano de 2003, visa estimular a montagem de espetáculos. São premiados três espetáculos de teatro e três de dança, cada um recebendo R\$ 30 mil. O projeto não visa atender grupos menores ou principiantes, só participam companhias com experiência comprovada de, no mínimo, duas montagens. A ficha técnica deve indicar que 70% dos profissionais possuem Registro Definitivo na DRT - Delegacia Regional do Trabalho, e 30% com Registro Provisório emitido pela SATED- Ba - Sindicato dos Artistas e Técnicos.

²⁰ Este edital é bastante similar ao programa lançado nacionalmente em 2001, o EnCena Brasil promovido pela FUNARTE e pelo FNC - Portaria 35/2001 de 24/ 01/ 2001.



Afora esses projetos, fica também a cargo da Fundação a organização das festas cívicas Sete de Setembro, Aniversário da cidade (29 de março) e Dois de Julho. Essas duas últimas festas são as que promovem um maior número de eventos agregados. A Festa do Dois de Julho, organizada em parceria com o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, por exemplo, ao longo das duas gestões de Francisco Senna teve inserção de diferentes "sub-projetos"²¹.

A FGM prepara, em paralelo com a festa, algumas ações. No ano de 1999, foi relançada uma cartilha (criada em 1973) que conta, através da linguagem da história em quadrinhos, a luta pela independência. Em 2000, a Fundação promoveu, em parceria com a Fundação Casa de Jorge Amado, um seminário sobre a importância histórica da festa. Em 2002, Francisco Senna idealizou a realização do vídeo *Dois de Julho, a Festa da Gente*, que dentre outros aspectos destaca a manutenção das tradições, os símbolos, adereços, cenários, mostrando “acima de tudo que o povo é o principal protagonista da independência da Bahia” (D.O.M. 26 de junho de 2002). A exibição do vídeo, em bairros de Salvador e cidades do recôncavo baiano que integram o percurso do Fogo Simbólico e a realização de shows num palco montado na Praça da Piedade, no Campo Grande, conformaram a programação cultural desenvolvida este ano pelo presidente da FGM. Cabe à Fundação ainda supervisionar o restauro dos monumentos e praças referentes à data.

Uma das principais atividades da FGM, durante a gestão de Francisco Senna, esteve relacionada à Gerência de Sítios Históricos, que coordenava a restauração de monumentos da cidade e também a inauguração de novos, como a escultura da cruz caída, de Mário

²¹ O Dois de Julho, “maior festa cívica da Bahia”, vêm reafirmar sua importância histórica, comemorando a expulsão das tropas portuguesas do território baiano, em 1823, quando conclama sua independência. As comemorações são iniciadas no dia 30 de junho, na cidade de Cachoeira com a partida do Fogo Simbólico. Dezenas de atletas conduzem a “chama da vitória” percorrendo os municípios de Santo Amaro da Purificação, São Francisco do Conde, Candeias e Simões Filho, até chegar em Salvador. Na capital o cortejo é acompanhado por carros alegóricos do caboclo e da cabocla, figuras que foram associados a divindades e espíritos considerados protetores da terra baiana. Aos pés do caboclo está o dragão, que representava o invasor português.



Cravo Neto, ou painéis de Bel Borba e do Sr. Franco. Nesse sentido, Hamilton Faria destaca a importância, não só do patrimônio, mas da arte pública para o desenvolvimento cultural e da cidadania, visto que, “pode contribuir para a constituição desses espaços onde o cidadão constrói o seu sentimento de coletividade, onde se celebra o coletivo e desenvolve-se a criatividade e a auto-estima” (Faria, 2000: 17).

Quando criada a Fundação Gregório de Mattos, um dos projetos pioneiros²² tratava da Revitalização do Centro Histórico de Salvador (CHS), mais conhecido como Pelourinho. Após seu tombamento como Patrimônio da Humanidade pela Unesco, em 1985, a preservação da área se torna uma das principais preocupações do governo local, sendo uma importante realização do grupo carlista na promoção do turismo. No entanto, entre os anos de 1997 e 2004, a atuação da FGM neste sítio incidiu apenas na restauração de alguns monumentos e na programação cultural da inauguração da Praça da Sé, em 1999.

Para Imbassahy, as intervenções em áreas históricas além de “significar aumento da atividade econômica e geração de emprego e renda” (D.O.M. 30 de maio de 2000), ajudam o processo de requalificação da cidade. Nesse sentido, o financiamento na recuperação do CHS tinha como expectativa dinamizar a economia do turismo e, a partir daí, criar auto-sustentabilidade econômica do sítio. No entanto, “hoje o grau de inadimplência é grande; a participação do setor privado tem-se mantido pontual e esporádica; o Governo mantém um programa de eventos e subsidia o funcionamento das atividades no CHS, como também realiza quaisquer manutenções e reparos nas ruas e casarios. Se retirada a participação do Estado, o Centro Histórico não se sustenta e estará correndo sério risco de voltar a se degradar” (SIRCHAL, 2000).

A visão da Prefeitura sobre a cultura e a especificidade do turismo

“Salvador é uma cidade que tem uma força extraordinária na sua cultura, e essa cultura

²² Em 1986 são criados um Programa Especial e um Fundo Municipal para a Recuperação e Revitalização dos Sítios Históricos de Salvador, ambos administrados pela recém criada Fundação.



deve ser utilizada quanto mais for possível na direção de ser uma atividade econômica também. Eu acho que a gente procura dar visibilidade no aproveitamento dessa cultura neste aspecto” (Imbassahy, entrevista).

A partir desta fala do prefeito Antonio Imbassahy sobressai a dúvida sobre qual “cultura” o dirigente se refere, o que fica esclarecido mais adiante: “O Carnaval é um *high light* da atividade cultural durante todo ano, é o momento mais alto da visibilidade dessa força cultural” (Imbassahy, entrevista). Apesar de ser caracterizado como atividade cultural, o Carnaval, e outros eventos similares ou vinculados a ele (como as outras festas populares), não são organizados pela FGM, mas pela Emtursa.

A Empresa de Turismo S.A. - Emtursa, é uma autarquia subordinada ao Gabinete do Prefeito, que organiza o Carnaval (em aspectos que se referem à cidade, sua população e seus turistas) e de outras festas populares como Lavagem do Bonfim, de Itapuã, Festa de Iemanjá, Conceição da Praia etc. A empresa tem como “principal meta resgatar e valorizar a cultura da cidade, visando consolidar Salvador como o primeiro destino turístico do Brasil” (Relatório da Emtursa de 2000).

Esse vínculo entre cultura e turismo, como já foi dito, tem como finalidade para a Prefeitura gerar ativos econômicos. No entanto, é preciso ter cuidado que essa opção tem implicações tanto na geração de renda (item recorrente tanto nos relatórios quanto em entrevistas), mas também no consumo das ofertas culturais “turistizadas”. O Carnaval serve como exemplo.

O carnaval extrapola não só os limites da FGM, mas da Prefeitura e até da cidade. A festa possui “uma estrutura e uma lógica organizacional crescentemente complexas, com uma economia e uma indústria consolidadas, com imensas e diversificadas possibilidades de negócios, e significativamente representativa, enquanto parte de renda para a cidade” (Miguez, 2003: pg).



Nesse sentido, os governantes de Salvador não podem desprezá-lo, inclusive do ponto de vista mercadológico. Segundo Paulo Gaudenzi, “o impacto da festa para o PIB baiano é de R\$ 400 milhões, sendo que acreditamos que em negócios gerados será atingido o patamar de R\$ 600 milhões, computado o que o impacto da festa vai significar na arrecadação da indústria fonográfica e outros setores” (D.O.M. 09 de março de 2000). Na festa são gerados cerca de 150 mil empregos, entretanto, cabe mencionar que 61 mil pessoas contratadas são “cordeiros” (os que seguram as cordas dos blocos carnavalescos) que ganham em média R\$ 10 diários – uma parcela ínfima do lucro gerado.

Para o carnaval a Prefeitura organiza uma cuidadosa infra-estrutura, que concentra diversos órgãos públicos: Limpurb (Empresa de Limpeza Urbana de Salvador), Sesp (Secretaria Municipal de Serviços Públicos), SPJ (Superintendência de Parques e Jardins), SMTU (Secretaria Municipal de Transportes Urbanos), Prodasal (Companhia de Processamentos de Dados de Salvador), Sucom (Superintendência de Controle e Uso do Solo do Município), Codesal (Coordenadoria de Defesa Civil de Salvador), Sumac (Superintendência de Manutenção e Conservação da Cidade), Polícia Militar, Detran, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea), Delegacia de Proteção ao Turista (Deltur), Polícia Técnica, Juizado de Menores e Corpo de Bombeiros. Cerca de 32 mil servidores (municipais e estaduais) trabalham neste período (Relatório da Emtursa de 2002). A Emtursa instala postos operacionais e de informações auxiliada pelo SAF - Serviço de Atendimento ao Folião, criado em 1998. Outro espaço inaugurado neste ano foi o Centro de Imprensa do Carnaval, instalado no Hotel da Bahia (atual Tropical da Bahia), que garante condições de trabalho a mais de três mil veículos de comunicação (desses, uma média de 150 são internacionais) que vêm fazer a cobertura da festa.

O custo da festa é avaliado em média de R\$ 6 milhões, entretanto, este não é o valor de despesa para o Tesouro do Município. O montante arrecadado pela Prefeitura, por exemplo, através da venda de cotas de publicidade chega à ordem de R\$ 3 milhões, provenientes da iniciativa privada. Além disso, o governo municipal também pleiteia recursos financeiros



através da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) para a promoção e organização do carnaval. Para Imbassahy, “não se trata de custo, mas de um investimento - a relação custo benefício traz um resultado extraordinário, movimentando o setor de turismo, de negócios e, principalmente um fator que é impossível de se medir em números, a alegria da população” (D.O.M. 14 de fevereiro de 2002).

Após a descrição de alguns aspectos do Carnaval, fica perceptível uma organização, um empenho da Prefeitura e também um orçamento muito maiores em torno deste evento do que, por exemplo, das atividades realizadas pela Fundação Gregório de Mattos. Este vínculo cultura e turismo, portanto, configura-se como importante estratégia da Prefeitura para o setor cultural. Dessa maneira, resta-nos refletir sobre o impacto desta opção na política cultural de Salvador. Duas questões são levantadas por Marcio Meireles:

O poder de atuação, e a execução da política cultural são realizados muito mais pela Emtursa, e não pela FGM. A Fundação atua de maneira muito pontual, coisas muito pequenas diante do choque da intervenção na cultura da cidade que a Emtursa promove com as festas, com o calendário anual, de Natal, Carnaval, São João, Sexta-feira da Paixão. Então eu acho que há um enfraquecimento da fundação por decisão da administração central, não por incompetência da pessoa. Pode-se dizer que a política cultural da gestão de Imbassahy foi investir em grandes eventos, que tornassem Salvador um pólo turístico. (Marcio, entrevista)

Não é intenção aqui rechaçar esta opção em vincular alguns elementos da cultura da Bahia ao turismo. O problema é pensar que “o turismo é o principal caminho para a solução dos problemas da cidade” (Gaudenzi apud CARNEIRO, 2000: 89)²³ e investir somente nesta área, sobretudo no que se refere à padronização de uma “estética”, não fomentando a criatividade e a diversidade cultural. “A diversidade consiste em evidenciar diferenças, e não convergências” (Dória, 2003: 191).

²³ GAUDENZI, Paulo. *Operário do turismo*. Salvador, Omar G. Editora, 1999. p. 145



A atuação do governo municipal para as linguagens artísticas

As expressões artísticas são elementos primordiais da política cultural, seja esta exercida pela Fundação Gregório de Mattos ou pela Emtursa na cidade de Salvador. Neste contexto, porém existe uma especificidade da produção cultural tratada como atividade econômica, que são os incentivos governamentais para financiamento à criação e veiculação dessas obras. Acerca deste ponto, a gestão de Imbassahy tem como singular a discussão sobre a Lei Municipal de Incentivo à Cultura, que, no entanto, não foi editada.

A Lei Municipal de Incentivo à Cultura, nº 5.352 de 23/01/1998, revogou a Lei Alfaya nº 4.280 de 1990 (renovada nas leis 4.776/93 e 5.153/96). Muito semelhante à lei anterior, prevê descontos de 7% a 10% a serem recolhidos sobre o ISS e IPTU, e dispõe que o valor total dos abatimentos não poderá exceder a 80% do total dos recursos previstos no projeto cultural. Nesse sentido, a nova lei traz, como diferença, um dispositivo, incluído também na lei do FazCultura, que obriga o empresário a investir 20% em dinheiro.

Entre as alterações encontradas, uma ementa excluía do artigo quarto do projeto original o parágrafo segundo que previa o beneficiamento de projetos promoção de aquisição, manutenção, restauração, produção e construção de bens móveis e imóveis, de relevante interesse artístico, histórico ou cultural. Outra diferença foi não estabelecer prazo para apresentação de projetos, podendo ser encaminhados à Fundação durante todo o ano - de acordo com a legislação anterior, os projetos deveriam ser enviados até 90 dias após a publicação do edital.

Outra modificação, que se tornou polêmica, foi a exclusão da Comissão Mista, a qual cabia a análise e avaliação das melhores propostas e dos projetos a serem contemplados. Instrumento que atribui caráter de democratização para a lei, a comissão era composta por representantes da Associação dos Produtores Culturais, Sated - Sindicato dos Artistas e Técnicos, Sindicato dos Músicos, Fieb, Associação Comercial, além de universidades e da



Fundação Gregório de Mattos. Devido a esta e outras discordâncias, foi realizada uma reunião com a classe artística, o representante da FGM e com a presença de Javier Alfaya onde foram discutidas propostas para o decreto de regulamentação da lei.

Como explica Marcio Meireles, “a Lei Alfaya era bastante simples, e servia para uma escala municipal, uma escala de bairro (...), conceitualmente ela era mais fácil e direta que a Lei Rouanet e até mesmo o FazCultura”. Desse modo, a Lei incentivaria o apoio local e a valorização do fazer cultural de todos os cidadãos, como reitera Javier Alfaya,

as pequenas e médias empresas podem lançar mão da renúncia fiscal com base no IPTU e ISS para usar esse dinheiro para incentivar uma atividade cultural do bairro. Para um grupo de um bairro é muito difícil disputar dinheiro, até porque o volume que ele pede é pequeno num mar de produtores e de empresas da área da cultura que disputam as verbas da lei federal que têm verbas na casa dos milhares. Ninguém da importância a um projeto de R\$ 10 mil numa lei federal de cultura, mas tem muita importância para o teatro de bairro de Periperi. (Javier, entrevista)

Segundo Javier Alfaya, a lei movimentou em 1996 um total de recursos de R\$ 200 mil, “angariando recursos para a área cultural numa situação como a nossa de carência de verbas para a atividade cultural no sentido amplo do termo, não como linguagens artísticas apenas, mas também a área de arquivologia, de biblioteconomia e atividades correlatas às artes” (entrevista, Javier)²⁴. O vereador, no entanto pondera que a Lei Incentivo à Cultura pela renúncia fiscal, vem a complementar o orçamento municipal para a FGM e para a Função Cultura, o que não substitui o orçamento para a cultura na administração pública.

Após o ano de 1998, período em que foi revogada a Lei Alfaya, não houve mais uma ação, tanto da Prefeitura como da FGM (que participou da elaboração da nova Lei), para implementar a nova Lei. A Lei Municipal de Incentivo à Cultura foi aprovada pela Câmara de Vereadores, no entanto não foi editada, ou seja, não foi redigido um decreto que colocasse a Lei em prática. Este decreto – que é redigido pela Prefeitura - deve descrever

²⁴ Entrevista cedida dia 06 de abril de 2005



objetivamente os recursos que deverão ser alocados, o quadro de funcionários, enfim a estrutura organizacional para efetivar a Lei. Dessa maneira, como esclarece o presidente da Fundação Francisco Senna, “cabe à Prefeitura colocar em prática ou não, a depender de suas possibilidades, a depender dos recursos que dispõe ou dos interesses que tenha”. A estrutura da Fundação, porém, como informa Francisco Senna, não pode suportar uma Lei Municipal, pois seria preciso “criar outro departamento dentro da instituição, com espaço, equipamento, pessoas e recursos”.

Para os produtores culturais entrevistados, o fato da Lei não ter sido aplicada atesta que não há uma vontade política da Prefeitura em incentivar a cultura para além do fator estratégico que alia cultura e turismo²⁵. Defendo-se das críticas, Imbassahy afirma que “não se deve confundir as coisas, não pode dizer que pelo fato de uma lei não ter sido regulamentada, não ter sido colocado os recursos mediante o critério da lei, dizer que se colocou de lado a questão sociocultural e econômica, na medida em que existem muitas formas de incentivar a cultura”. Quando questionado sobre o papel do governo municipal na cultura, Imbassahy retoma que “o que a gente tem que fazer, na verdade, é incentivar, estimular, dar acesso, organizar e articular, o governo não tem que está produzindo, quem tem que estar produzindo é a população”.

Nesse sentido, a produção cultural local tinha como apoio municipal, através da FGM, apenas a Lei de Responsabilidade Fiscal (nº 101 de 04 de maio de 2000), que no artigo 25 sanciona que no orçamento municipal esteja prevista uma cota para incentivos culturais. Esses incentivos são “pleiteados” através de solicitações de apoios enviadas à Fundação, uma conhecida política de balcão que atende às linguagens artísticas. As outras formas de incentivo que o ex-prefeito se refere seriam através de programas, editais e concursos que definem os investimentos públicos.

²⁵ Relato presente tanto na entrevista de Aninha Franco quanto de Marcio Meireles.



Ação cultural descentralizada

Dentro do aparato governamental a ação descentralizada na área da cultura tem como finalidade servir como articuladora de programas conjuntos com outros órgãos municipais. Em Salvador, porém não aconteceu essa articulação, visto que a Fundação Gregório de Mattos não esteve vinculada aos projetos culturais realizados pelas outras instâncias da Prefeitura. Dentre esses projetos, priorizaram-se os programas educacionais e de inserção social que auxiliariam na formação de um público consumidor dos bens culturais produzidos na cidade, e na formação da cidadania.

Durante a primeira gestão de Imbassahy é implantado, pela Secretaria de Educação e Cultura, o programa Escola Arte e Alegria. O projeto tem como diretriz integrar mais as escolas às comunidades onde elas estão inseridas, com o intento de resgatar sua identidade sociocultural e artística. Não há uma reformulação curricular, as escolas continuam trabalhando com os conteúdos formais de conhecimento. A diferença está na valorização das manifestações populares, que permitiria uma maior relação da escola com a população.

As escolas atuariam como núcleos de fomento à cultura local, o que transformaria a rede municipal de ensino em agente multiplicador e gerador de conhecimentos e de articulação. Uma tentativa de ampliar a atuação e significado da escola, ocorreu em 1998 com o projeto Colônia de Férias na Escola, que incluía oficinas de música, dança e teatro, confecção de bonecas de pano e de pipas e exibição de filmes, durante as férias, em nove escolas da rede municipal. A Prefeitura estabeleceu também algumas parcerias e convênios com entidades afros da Bahia, governamentais, civis e ONGs, ao que chamou Fórum de Parceiros, abrigo atividades extrapedagógicas e elaborando novos projetos que debateriam temas como ecologia, educação sexual, cultura afro, cidadania etc.

Integra o programa Educação Arte e Alegria um conjunto de outros projetos, dos quais o mais emblemático é A Escola Entra em Cena. Este tem como objetivo “ampliar o universo cultural dos alunos a partir da produção, apreciação e contextualização da arte, expressa



através da dança, artes visuais, teatro, cinema e música, promovendo a dinamização curricular das escolas”. Entre 1999 e 2002, 48 mil estudantes assistiram aos espetáculos nos diversos teatros da cidade. A ida a estes espaços busca contribuir para formação de platéia, entretanto, como informa a Secretária de Educação, “não existe uma avaliação do impacto dessa atividade cultural na criança, que vai assistir aos espetáculos, junto com a escola, em média, três vezes ao ano”. Suas ações realizam-se em três âmbitos estratégicos: A Escola ao Encontro da Arte, A Arte vai à Escola e Apoio às Produções Artístico-Culturais da Escola.

Para estimular mais os debates e aulas em torno das temáticas artísticas, é necessário um investimento nos recursos humanos. Para tanto, foram promovidos apenas dois cursos (em 1998 e 2000) dirigidos aos coordenadores e professores de artes da rede municipal, pensando o modo como ensinar aos alunos o valor da arte e incentiva-los a se expressar artisticamente.

Na direção de capacitar técnicos e educadores com uma metodologia transmitida a partir de oficinas de arte, a Fundação Cidade-Mãe, autarquia da Secretaria Municipal do Trabalho e do Desenvolvimento Social (Setrads), presta serviços a menores carentes e moradores de rua, com idade entre 7 e 17 anos. Segundo a presidente Neuza Castro, o órgão busca como valor “um reconhecimento que recupera a auto-estima e ressalta o papel desses alunos na sociedade”. Em 1998 a Prefeitura estabeleceu um convênio com a Fundação Banco do Brasil, que desembolsou R\$ 112 mil para o programa AABB-Comunidade, que beneficiou 370 crianças. No ano 2000, a FCM recebeu investimento do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) destinado ao projeto Cidadania Solidária.

Nessa mesma linha, o projeto Criança Canabrava, coordenado pela Limpurb - Empresa de Limpeza Urbana, atende aos antigos catadores-mirins desde 1997 quando foi erradicado o lixão que existia no bairro. O projeto que serviu de modelo para a campanha Criança no Lixo Nunca Mais, da Unicef, promove, em sua sede, oficinas de dança e teatro, cursos e palestras abordando temas como drogas, sexualidade, religião e mercado de trabalho e



oferece atendimento médico-odontológico, além de matrículas em escola regular.

Um último exemplo de descentralização da atividade cultural, também vinculado ao desenvolvimento (e não assistencialismo) social, foi a criação da Agência Municipal de Desenvolvimento de Salvador (Adesa), em 2002. Projetada pela Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento Econômico, ela serviria para a movimentação de negócios, incluindo aí a economia da cultura local. Com a intermediação da agência muitos adereços e objetos simbólicos da cultura baiana, como o traje dos Filhos de Gandhi, as cerâmicas comercializadas no Olodum, as fitinhas do Senhor do Bonfim etc, seriam produzidas internamente. Mas, mesmo esses serviços não tendo sido realizados até o fim do segundo mandato de Imbassahy, a criação da agência atesta a falta de investimento para essa economia informal da cultura.

Problemas, Resultados e Política Cultural de Salvador

A expressão “requalificar a cidade”, presente em muitos discursos de Antonio Imbassahy, traz consigo a idéia da “conciliação entre tradição e modernidade” (PDDU, 2002) no desenvolvimento dos setores cultural e turístico. Nas palavras do prefeito, “o que estamos realizando é um trabalho duradouro, de base, de requalificação da cidade, e isso tem um abrangente significado, na medida em que aponta para uma nova direção, em que se criam inúmeras oportunidades de empregos, melhora-se a distribuição de renda e se estabelece uma ligação permanente entre o cidadão e os órgãos municipais”. Entretanto, a política de cultura realizada nessa perspectiva mostra-se desigual e fragmentada.

O restauro de monumentos talvez seja o principal resultado a ser apresentado pela FGM após as duas gestões de Imbassahy. Nesse sentido, a expressão “requalificar a cidade”, em seu aspecto físico foi alcançado. Verifica-se, nestes termos, também uma forte interferência governamental no vínculo entre cultura e turismo, no entanto, engendrado pela Emtursa.

No turismo, segundo Miguez (2003), as ações dos governos estadual e municipal para o



fomento deste setor atestam uma agressividade mercadológica. Com a intenção de transformar Salvador no principal destino turístico, o governo municipal a partir de sua Empresa de Turismo busca incentivar um imaginário da cidade que percorre seu patrimônio histórico, assim como algumas festas de ruas de Salvador, que adquirem uma “roupagem” empresarial. O carnaval, re-estruturado como um negócio estratégico, ao mesmo tempo em que afirma uma pluralidade e democracia, promove uma hierarquização social - na distribuição dos camarotes, dos blocos e das cordas - e uma padronização estética. O turismo, com a promoção da Bahia como “terra da alegria”, intensifica uma política calcada em eventos.

As iniciativas do governo não conseguem estimular, satisfatoriamente, a produção, distribuição e consumo da cultura. mesmo com uma preocupação na área social em realizar oficinas, em instigar, principalmente os jovens, à apreciação artística e organizar eventos culturais gratuitos, essas ações se encerram naquele local. As produções periféricas, por exemplo não circulam nos equipamentos culturais da cidade, e no projeto Boca de Brasa poucas têm a possibilidade de dialogar com outros bairros e grupos, as formas artísticas se repetem, e não existe também um modelo de financiamento que atenda a esta demanda.

Outra característica dessas atuações na área sociocultural está em não serem articuladas, não estarem unidas num programa sistemático da Fundação ou do governo, como acontece por exemplo, com a educação. Nesse sentido, torna-se possível compará-las com práticas “compensatórias”, ou imediatistas, para a exclusão social e cultural tão presente na realidade soteropolitana.

Quando Francisco Senna assumiu a presidência da FGM ele afirmou que era preciso rever o papel da Fundação na cidade. As ações decorrentes da sua gestão demonstram, no entanto, uma continuidade do que estava sendo feito, sem muitas inovações. Foram criados poucos projetos e apenas foi planejada (mas não concluída) a criação de um equipamento cultural, o Coliseu das Artes. Um aparente descaso com relação aos artistas e produtores –



profissionais ou amadores – decorre do distanciamento e ausência de diálogo promovido pela FGM com a população de Salvador. De certo modo, faltou uma melhor estruturação da Fundação com relação aos recursos humanos, técnicos e financeiros.

Seus recursos financeiros, que em 2004 totalizou 0,26% do orçamento municipal, indicam uma fragilidade da cultura no planejamento estratégico da política de governo em Salvador. Alguns exemplos mostram que há um descuido na construção da sua política de cultura. Há uma ausência de iniciativas de capacitação dos seus servidores para torna-los potenciais interlocutores no trato da questão cultural. Existe também uma precariedade de estatísticas e dados confiáveis no campo cultural. O censo cultural é uma ferramenta importante pois serve como mosaico que diz quem produz, identificando quais são os bens culturais, como estão seus artistas etc, informações necessárias para se desenvolver ou rever a política cultural de uma cidade.

Considerando a distinção feita por Bernardo da Mata Machado entre dois conceitos de política cultural, percebe-se que a política de cultura de Salvador irá identificar-se mais com o primeiro deles. Existe uma Política Governamental de Cultura (PGC) - cuja prioridade gira em torno dos eventos, com ações realizáveis no prazo da gestão governamental, visando a promoção do governo e com baixa participação da comunidade - e uma Política Pública de Cultura (PPC) que diverge da primeira, preocupando-se com:

o maior ou menor conhecimento cultural do território governado; a identificação das demandas e carências culturais da população; a preocupação com a formação técnica dos servidores dos órgãos públicos de cultura; a informação atualizada sobre os custos que envolvem a produção cultural; o equilíbrio entre os investimentos feitos nos eventos e na prestação de serviços culturais permanentes; a maior ou menor participação da população na elaboração dos planos, definição dos orçamentos, realização e avaliação dos programas e projetos (MACHADO, 2000: 53)

Esses são componentes fundamentais que, aliados à estrutura institucional, possibilitam as



relações entre desenvolvimento e democracia. É nesse sentido que uma gestão das políticas públicas diverge da centralização administrativa, entendida como uma impermeabilidade do governo, ou dos dirigentes, em aplicar esses itens.

Se fica claro uma divisão de responsabilidades entre os órgãos de cultura, educação e turismo, e entre esses o que incidiu menos numa valorização da identidade, num fomento à arte, e numa formação cidadã foi a FGM, algum problema existe. Assim como o próprio governo municipal, seus órgãos e instâncias governamentais devem estar preocupados no fomento à criação e à inovação no âmbito da cultura que auxilie o fortalecimento da cidade como um todo, e principalmente, que proporcione uma melhor qualidade de vida para toda a população de Salvador.

Referência Bibliográfica

Livros:

BARBALHO, Alexandre. Estado, mídia e identidade - políticas de cultura no Nordeste contemporâneo, (s/d)

CARNEIRO, Adriana Jacob. A cidade no espalho do poder - A baianidade e o programa eleitoral de Imbassahy em 2000, Salvador. Facom-UFBa. (monografia de final de curso)

ESPINHEIRA, Gey. *Mal-estar na baianidade: Perdas e Danos*. In: CADERNOS do CEAS, Salvador. Centro de Estudos e Ação Social. 2002. jul./ago. nº 200.

FARIA, Hamilton. *O Desenvolvimento Cultural como desafio*. In: FARIA, Hamilton e NASCIMENTO, Maria Ercília do (org). O Desenvolvimento Cultural e Planos de Governo. São Paulo: Publicações Pólis (36), 2000.

MACHADO, Bernardo Novais da Mata. *Diretrizes para planejamento de uma Política Pública de Cultura*. In: FARIA, Hamilton e NASCIMENTO, Maria Ercília do (org). O Desenvolvimento Cultural e Planos de Governo. São Paulo: Publicações Pólis (36), 2000.

MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. *Imaterialidade Criadora*. In: TEIXEIRA, João



Gabriel L.C. et al (org). Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização. Brasília: ICS-UnB, 2004.

MIGUEZ, Paulo. *Algumas notas sobre as relações entre o carnaval e a contemporaneidade cultural*. In: LEITAO, Claudia (org.). *Gestão Cultural: significados e dilemas na contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.

RISERIO, Antonio e GIL, Gilberto. *Fundação Gregório de Mattos: roteiro de uma intervenção político-cultural*. In: *O poético e o político e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1988

RUBIM, Antonio Albino Canelas. ACM: Poder, Mídia e Política.

_____. *Dilemas para uma política cultural na contemporaneidade*. In: LEITAO, Claudia (org.). *Gestão Cultural: significados e dilemas na contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.

VENTURA, Tereza. *Arte e Política Cultural - Parceria e Autogestão*. Nova York. Tese-NYU Universidade de Nova York. (Pós-doutorado Política Cultural)

WEFFORT, Francisco C. *A cultura e as revoluções da modernização*. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2000.

Documentos oficiais:

BAHIA (estado). Secretaria de Cultura e Turismo. Bahia - Política Cultural, 2003, Salvador.

DIÁRIO Oficial do Município - D.O.M. 1998 a 2002, Salvador.

PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Capítulo III, Seção III - *Princípios da Política Cultural do Município*, Art. 149. 2002, Salvador.

_____. Capítulo III, Seção IV - *Das Diretrizes e Proposições da Política Cultural*, Art. 150. 2002, Salvador.

RELATÓRIO Anual da Emtursa. 1998 a 2002, Salvador.

RELATÓRIO Anual da Fundação Gregório de Mattos. 1998 a 2002, Salvador.

Material de imprensa e seminário:



BAHIA, vitalidade teimosa. *A Tarde*. Salvador, 28 ago. 2004. Caderno Cultural.

CAVALCANTE, Magnólia. “Inscrições no FazCultura começam dia 1º de abril”, *Correio da Bahia*, Salvador. 1997. Disponível <http://www.correiodabahia.com.br>>. Acesso em: ago. 2004.

CINEMA Comunitário. *A Tarde*, Salvador, 27 ago.1998. Caderno 2

FRANCISCO, Luiz. *Salvador "exporta" tecnologia do Carnaval para Barcelona*. Agência Folha, em Salvador, 2004. Disponível <http://www.folhaonline.com.br>>. Acesso em: ago. 2004.

FUNDAÇÃO Gregório de Mattos precisa reavaliar as suas atribuições. *Cenário*. Salvador, 1997 (s/d). Coluna Bate-papo do mês.

LEI em Debate. *A Tarde*, Salvador, 30 jan. 1998.

SIRCHAL - Encontro Internacional sobre a Revitalização de Centros Históricos de Cidades da América Latina e Caribe. 4., 2000, Salvador. Diagnóstico - eixo temático 3: Conservação Integrada e Critérios de Intervenção. Disponível em <www.archi.fr/SIRCHAL/seminair/sirchal4/SEMSALV.htm> Acesso em: ago. 2004.

